



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

SEXTA-FEIRA, 15 :: março :: 2013

Falta de medicamentos no Estado preocupa o MPE

Falta de medicamento levou o Ministério Público Estadual (MPE), através da Promotoria dos Direitos à Saúde, a entrar com ação civil pública contra o Estado, diante da constante falta de medicamentos no Centro de Atenção à Saúde de Sergipe (Case). De acordo com a promotora de Justiça Euza Missano, a decisão foi tomada depois de uma audiência para discutir, justamente, a falta de remédios.

Um fato que chamou a atenção da promotora foi a ausência da coordenação do Case durante a audiência

pública, apesar das presenças do assessor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Max Carvalho Amaral, e da farmacêutica Eila Fonseca Ferreira.

A promotora explicou que entrará com a ação em virtude das reclamações dos usuários, que são prejudicados pela falta de remédios. "Por semana, recebemos uma média de oito reclamações", frisou.

Manoel Leôncio dos Reis Cruz, cujo filho Jonathas Santos Reis, 14 anos, é portador de diabetes, relatou em audiência que não tem

recebido do Case a insulina Detemir (Levemir) e a Novorrapide, a qual consome desde os dois anos e meio de idade. Para que o filho não se prejudique ainda mais, Manoel Leôncio compra o medicamento, cuja unidade custa entre R\$ 70 a R\$ 78.

"Ele consome duas ampolas por semana", afirmou o pai, quase chorando diante da situação do filho e da inércia do Estado. Ao procurar o Case, ele foi informado pela própria instituição que o laboratório deixou de fabricar o produto,

o que contradiz a informação do fabricante, pois para que seu filho não ficasse sem a insulina, Leôncio relatou durante audiência que entrou em contato com o laboratório que o informou que "nunca deixou de fabricar o medicamento, por isso não entende a razão do desabastecimento em Sergipe".

Estela Maria Távora Chagas também participou da audiência e informou que o marido faz uso da insulina Lantus há quatro meses, mas nunca conseguiu receber o medica-

mento pelo Case.

"Apresentamos a documentação pertinente, mas fui informada pela instituição que ele não atende os requisitos para concessão do medicamento, devido a uma discrepância entre a indicação médica e o relatório do médico perito responsável", explicou.

SES - O advogado da SES, Max Carvalho, relatou que os laboratórios já foram punidos pelo Governo por não cumprirem os prazos de entrega dos medicamentos. Sobre os problemas de desabasteci-

mento, ele contou que "as pendências financeiras do Estado com os fornecedores foram quitadas ou parceladas em acordos firmados em janeiro de 2013. Que existem, de fato, alguns medicamentos que não constam na farmácia excepcional do Case, todavia, informa que 90% da rede está abastecida, sendo investido em 2012, R\$ 27 milhões, sendo que deste total, R\$ 9 milhões são gastos com medicamentos não cobertos pelo protocolo, autorizados administrativamente ou por ordem judicial.